

José Portela *

Do (sub)desenvolvimento do Douro: um rol de perguntas**

INTRODUÇÃO

Quatro palavras de intróito. A primeira é de saudação, que dirijo à Mesa e à restante Assembleia. Muito agradeço o convite-repto que me foi formulado, com certa premência, pela Direcção da Casa do Douro.

A segunda palavra de abertura relaciona-se com a aceitação do desafio. Ouvi aqui ontem: «estamos fartos de palavras». Como partilho este sentir (entre outras coisas, Timor ajuda a tal) indaguei: tenho palavras que sirvam? Depois pensei que não é curial ser juiz em causa própria e que há também o poder, o muito poder das palavras. Decidi então acolher o convite-repto, com a esperança de não mal-baratar o vosso tempo e de não alimentar desalentos.

A terceira questão preliminar diz respeito à condição de comunicador, aqui e agora. Estamos numa Convenção. Este termo, originalmente, queria dizer «assembleia» e evoluiu para a noção de «pacto», ou «acordo entre partes interessadas». Não sendo vitivinicultor, nem de vinho do Douro, nem de Vinho do Porto, devo dizer qual é a «parte interessada» que me toca. Por estranho que pareça, é uma

* Professor Catedrático, Sociologia Rural. UTAD-DES.

** Uma versão preliminar deste texto foi apresentada à I Convenção da Agricultura Duriense, ocorrida na Régua, a 10-11 de Setembro de 1999, por iniciativa da Casa do Douro. Não tivemos aqui a preocupação de incluir nem dados crus e nus (publicados ou não) nem contributos de autoridades científicas e outros investigadores. Esta comunicação é essencialmente uma revisitação às reflexões do autor contidas na publicação seguinte: PORTELA, J.; AGUIAR, F. Bianchi de; ABREU, N. Cancela de; SANTOS, F.; REBELO, V. e DIAS, J., – *Viticultura e Reestruturação Fundiária na RFA – Relatório de uma Visita de Estudo*. Vila Real: UTAD, 1988, 120 p. Subjacente à comunicação está ainda a experiência de investigação/avaliação da componente Douro do Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes. Um dos produtos dessa experiência é precisamente a referência seguinte: Portela, J. e Rebelo, V., 1997, O PDRITM na RDD: Contribuição para a Avaliação da sua Execução e dos seus Efeitos Imediatos. *DOURO – Estudos e Documentos*, vol. 1, nº 3 (1997), p. 159-182.

parte avantajada e que se reparte por três fatias: a primeira, é a afeição e o respeito que tenho pelo Douro, terra de zelo e trabalho de séculos, sabe Deus que trabalho escravo; a segunda e a terceira fatias dizem respeito aos papéis que assumo como docente-investigador. São estes, tão só, os motivos que me trouxeram aqui. É neles também que assenta o que direi em seguida, pelo menos em larga medida e tanto quanto sou consciente do pensar e dizer próprio.

Passo ao fecho do intróito, deixando de antemão claro que não trago respostas. Trago, sim, uma breve reflexão, que desemboca num rol de perguntas. São estas, mais do que aquelas, o caminho para as convenções boas, ou, pelo menos, satisfatórias, sobretudo se as partes em causa se vêem a si próprias como opositores, ou mesmo como beligerantes. As perguntas são em torno de cinco pontos: um primeiro, de princípio, ou melhor, acerca dos valores subjacentes à noção de desenvolvimento; três outros pontos, de cariz mais instrumental, acerca da reestruturação fundiária, pesquisa e formação profissional; e um ponto final, de síntese.

1. DESENVOLVIMENTO DO DOURO: PARA QUEM?

Só faz sentido falar em desenvolvimento se as pessoas forem vistas como actores e beneficiários de tal processo. A participação dos cidadãos é uma questão fulcral e a este propósito importa, creio, sublinhar dois pontos gerais, interligados, e só depois colocar outras questões.

Primeiro: o Douro é um território vasto, institucional e sociologicamente muito tenso e complexo, onde as relações entre múltiplos actores e instituições estão necessariamente embebidas no fluido espesso e viscoso das continuidades, contingências e acasos da História. Todos sabemos que é uma simplificação dizer, por exemplo, que há três sub-regiões, pois cada uma destas engloba duas margens, três ou quatro enclaves onde se podem construir, para o bem e para o mal, novas uniões e novas divisões. Todos sabemos que há tipos distintos de explorações agrícolas, onde variam a topografia, os sistemas e níveis de mecanização, mão de obra, os modos de negociar os cartões, as uvas, o vinho, etc., etc.

Ponto segundo, que deriva do primeiro: a «realidade» duriense é tão heterogénea que reclama muito cuidado quanto à tentação de se lhe vestir um modelo uniforme, um «pronto-a-vestir», seja ele de cariz técnico-económico ou político-institucional. Dito de outro modo, urge que os políticos e responsáveis por organizações regionais e instituições oficiais, os investigadores, os técnicos – todos os actores – reconheçam a diversidade dos condicionalismos ecológicos, agronómicos e sociológicos. Mais, é indispensável que se passe a conceber, produzir e ensaiar (em pequena escala e gradualmente) as respostas adaptadas à realidade duriense, que é reconhecidamente muito complexa e dinâmica. Achadas as solu-

ções ajustadas à sociedade e à economia local importa ainda aperfeiçoá-las e difundi-las. Alguém é capaz de «fazer a mão» à primeira tentativa?

Eis agora algumas sub-questões da pergunta geral de partida (desenvolvimento para quem?): Quem têm sido os principais beneficiários das políticas seguidas até à data? Não se comprometerá todo o Douro se se não cuidar de definir e realizar de modo sistemático acções dirigidas especificamente aos pequenos viticultores, em particular aos que não possuem o «benefício»? Não é tempo de mudar as duras condições de vida e de trabalho, o difícil acesso ao emprego e à formação e os baixos rendimentos alcançados pelos pequenos viticultores, seus familiares e pelos trabalhadores assalariados? Que futuro se pode antever para um Douro sem jovens? Se não se combatem as limitadas oportunidades educacionais, de formação e emprego de que gozam continuarão a sair do Douro e, por certo, não sairão contrariados.

Bem sei que há gente que arremessa com o analfabetismo, a muita idade dos viticultores e a «falta de espírito associativo», entre outros argumentos, para justificar e congelar o *status quo*. Confesso que tenho a maior das reservas face a essas teses. Parecem-me justificações apriorísticas da inacção, das hesitações e omissões, quiçá muito cómodas para quem passa bem. Perguntemos se é legítimo admitir que a grande maioria dos viticultores não está disposta a acolher de braços abertos acções que lhes permitam, por exemplo, o acesso mais fácil às parcelas; uma mecanização de tipo parcial e que diminua os custos de produção e a penosidade do trabalho; a retenção de um maior valor acrescentado e uma diversificação e elevação do rendimento.

As respostas seriam positivas, sem dúvida. Mas a questão da inacção, hesitações e omissões não estará na falta de «espírito» associativo, mas sim na escassez de «matéria» associativa. Ou seja, na falta de planos e acções concretos, específicos, e nos quais os viticultores tenham vez e voz. O problema do subdesenvolvimento não estará na «resistência à mudança», na «mentalidade» dos produtores, mas sim na falta de fé nas capacidades, empenho, imaginação e criatividade destes, por parte de muitos responsáveis. A experiência que possuo é limitada mas diz-me que, entre nós, o Estado suspeita da sociedade civil. Os representantes daquele não confiam nos representantes desta. No geral, até prova em contrário, presumem que são cidadãos abaixo de qualquer suspeita. Além disso, amiúde querem delinear e executar planos de-cima-para-baixo. Isto é, sem que os primeiros interessados sejam ouvidos e achados. Isto é prática ainda muito enraizada entre nós.

Atenção, porém, que não estou a sugerir que a participação é um processo e uma meta fácil. Insisto, sim, que ela é indispensável ao desenvolvimento. Importa, pois, perguntar: de que ocasiões efectivas (isto é, não-cerimoniais) e de que locais próprios dispõem os viticultores, em particular os mais desfavorecidos, para expo-

rem os seus problemas, necessidades e opiniões? Tenha-se presente que, no Douro, a oralidade vence folgadoamente a palavra escrita e muito mais ainda a que navega pelo ciber-espço.

Para se ir alcançando o desenvolvimento, a filosofia tem de ser a de se partir dos problemas reais e preocupações concretas *in loco*. É preciso trabalhar com os viticultores. Não em vez deles. E nunca contra a sua vontade democraticamente expressa. Naturalmente, a co-responsabilização a todos tem que implicar. Do autoritarismo ou do paternalismo, mais ou menos encoberto, tem de se passar à co-responsabilidade Estado-cidadãos. Atente-se no caso concreto da fiscalização, que se aflorou aqui ontem. Para além do exposto (se há, ou não, muitas instituições fiscalizadoras; se, sim ou não, a fiscalização é bem feita) há ainda a questão da pressão social local, do controlo mútuo interno. Não basta o temor da lei, a vigilância e a inspecção externa. Recordo-me, a este propósito, do que nos dizia um viticultor alemão, que cito de memória: aqui estamos atentos uns aos outros para evitarmos as fraudes; mesmo assim, estamos vulneráveis, pois não controlamos os nossos vizinhos austríacos e qualquer consumidor americano é incapaz de distinguir a fronteira entre nós.

Ora, o que ouve um pobre cristão que desça das montanhas de Trás-os-Montes à Régua? Ouve, à boca cheia e de modo dasabrido, os preços a que correm os cartões, com e sem uvas. E face à «bolsa da Régua» o que sucede? Uns viram a cara, outros fecham os ouvidos, outros ainda assobiam para o ar. A fiscalização oficial é, evidentemente, indispensável, mas vital ainda é a auto-regulação local. Em suma, a consciência cívica tem também de se desenvolver entre os múltiplos «actores» do Douro.

2. O DESENVOLVIMENTO DO DOURO EXIGE, OU NÃO, UM «PROGRAMA» DE REESTRUTURAÇÃO FUNDIÁRIA?

Para muitos o desenvolvimento traduz-se em algo muito «material». Mais terra-a-terra, é betão e betume. Não sendo só isto, também é, sem dúvida, infra-estruturas. E deste ponto de vista creio que há ainda muito a fazer. Todos sabemos que, apesar das obras feitas aqui e ali, basta uma forte chuvada para concluirmos uma vez mais que o Douro tem estradas que são grandes drenos. Até nos podemos espantar por não haver mais desabamentos de muros, ravinamento de taludes e até mesmo perda de bardos. Na Folgosa, por exemplo, podem ver-se remendos de pedras que tentam desesperadamente suste o solo, não sei por quanto tempo.

Convém, pois, indagar: é possível o desenvolvimento da viticultura e até mesmo do turismo no Douro sem um programa de reestruturação fundiária, mesmo de tipo «leve», que inclua a realização de obras públicas de engenharia

rural? Refiro-me a um programa de longo prazo e relativo à abertura de estradas e caminhos locais, acessos às explorações, fixação de taludes, construção de muros de suporte, correcção de extremas, implantação de redes de drenagem para escoamento das águas superficiais, etc., etc. Sem tais acções como reduzir a penosidade e a baixa produtividade do trabalho, como baixar custos de produção e promover a mecanização mesmo parcial? Que actor regional deveria liderar tal programa, garantindo um planeamento minucioso e uma execução rigorosa?

Tive a oportunidade de visitar vários projectos de reestruturação fundiária na Alemanha e, feita a comparação possível, entre nós vejo improvisos, pressa e, conseqüentemente, o malbaratar de dinheiros públicos.

3. O DESENVOLVIMENTO DO DOURO RECLAMA, OU NÃO, MAIS INVESTIGAÇÃO-ACÇÃO?

Tanto a experiência alheia como a nossa nos dizem que não há bom caso de desenvolvimento local ou regional que não assente num alicerce duplo: a investigação-acção mais a difusão dos bons resultados e das boas práticas.

Assim é curial responder a questões como as seguintes: que relação existe entre a riqueza gerada no Douro e os gastos em investigação? É ela excelente, boa, ou insatisfatória? A agenda de investigação que se toma é um todo equilibrado, ou a vitivinicultura é uma parte de leão? Os estudos de mercado representam uma fatia razoável, ou não? E o que se pode dizer duma investigação sócio-económica que ajude à compreensão do que muda e do que persiste na estrutura produtiva e na vida local no Douro? As questões de investigação que se colocam são «escala-neutrais», estão enviesadas no sentido dos grandes viticultores, ou, ao invés, estão enviesadas no sentido dos pequenos e médios viticultores? Posta a questão de outro modo: os projectos de investigação tomam à partida o facto de que o número de explorações com menos de 3 ha é omnipresente? Recordemos que tal indicador sobe a cerca de 96%, 75% e 53% do total, respectivamente no Baixo Corgo, Cima Corgo e Douro Superior. As instituições de pesquisa dispõem de recursos e condições de trabalho numa óptica de longo prazo? Ou, por falta de apoio científico e/ou meios financeiros, por rotatividade muito elevada dos investigadores, que aí acham o primeiro emprego ou um lugar sem atractivos de carreira, etc., vêem ameaçado cada ano o avanço dos projectos de investigação? A escassez de saber científico é combatida através de esforços de coordenação de acções de pesquisa entre diversas instituições e ainda através duma divulgação ampla dos resultados obtidos? Ou, pelo contrário, predomina o conservadorismo e a incapacidade de cooperação das instituições, bem como o individualismo dos investigadores?

Aqui chegado, sou levado a recordar de novo a visita de estudo realizada em 1987 ao sector da viticultura do centro de pesquisa de Geisenheim. O seu responsável orgulhava-se de poder mostrar resultados de experimentação sobre formas de condução das videiras levada a cabo, sem interrupção, ao longo de três décadas. Como isto contrasta com o nosso imediatismo de todos os dias e com a atomização e compressão do tempo actual. Dia após dia mais se encurta o tempo de tudo, do planear, executar, colher e saborear os frutos. Aparentemente, pelo menos, tem hoje livre curso uma mentalidade bolsista, perdendo-se a noção e o valor das coisas amadurecidas, estáveis, alcançadas à força de trabalho árduo, adicionado de dedicação e zelo persistente.

4. O DESENVOLVIMENTO DO DOURO EXIGE, OU NÃO, UMA FORMAÇÃO PROFISSIONAL BEM DISTINTA DA «TRADICIONAL»?

É igualmente incontroverso que o desenvolvimento de qualquer região depende muitíssimo da formação profissional dos seus recursos humanos. Assim, importa ver com muita atenção o que é que se está a fazer, ou não, em várias instâncias. Mas, antes disso, um ponto prévio muito importante: todos temos a aprender e todos temos a ensinar. Isto significa que os formadores e os formandos podem estar enganados quanto ao que julgam saber e quanto ao que julgam que é importante saber. Por exemplo, verifiquei ontem que alguns dos participantes acharam que a História é fonte de lições e de reflexão; outros concluíram que investigar o passado é simplesmente esbanjar tempo e dinheiro. Tem-se aqui uma boa temática, a História da Vitivinicultura Duriense, para a formação profissional de pessoas-muito-importantes e com grandes responsabilidades no Douro. Assim se contribuiria de imediato para uma formação profissional bem distinta da «tradicional».

Alunos e professores de todos os graus de escolaridade não carecem igualmente duma maior aproximação ao Douro? A cooperação entre as diversas instituições regionais pode, ou não, ser uma alavanca poderosa para um ensino baseado na alternância terreno-escola? Isto é, um ensino enriquecido pela pesquisa (mesmo expedita e de âmbito limitado), pelas visitas de estudo constantes, pela participação em tarefas concretas, como as vindimas; pelos estágios obrigatórios, de curta e média duração; etc.

Na mesma linha de preocupação podemos ainda perguntar: que peso tem a formação profissional dos dirigentes das organizações regionais, nomeadamente das Adegas Cooperativas? A agenda de formação que se toma é um todo equilibrado entre aspectos técnicos, comercialização e marketing, e gestão da organização? A melhoria das capacidades de comunicação, de mobilização de pessoas e de gestão de conflitos, enfim, a formação para a liderança é tomada como ques-

tão essencial? Esses responsáveis beneficiam regularmente de ocasiões de observação, reflexão e discussão, como por exemplo, visitas de estudo a regiões vitícolas com grande dinamismo e organização? As ações de formação levadas a cabo, directa ou indirectamente, pelo Ministério da Agricultura, são perspectivadas a longo prazo? O Ministério da Educação, através das escolas de adultos, não poderia ser chamado a colaborar mais na educação e na formação profissional dos durienses, designadamente dos que abandonaram muito cedo a escola? As ações de formação têm em conta as especificidades dos viticultores, o mesmo é dizer as suas necessidades, interesses e períodos de maior disponibilidade? A este propósito, que não é de somenos, recordo uma vez mais a referida visita de estudo a regiões vitícolas da Alemanha. Os investigadores orgulhavam-se de colaborar nas chamadas «escolas de inverno» e caracterizavam grosso modo o seu trabalho ao longo de três décadas assim (cito de memória): nos anos 60 a formação dos viticultores girou em torno da fertilidade dos solos; na década de 70 as castas e técnicas culturais dominaram a agenda de formação e agora, nesta década de 80, as questões da qualidade dos vinhos, da comercialização e do *marketing* ganharam proeminência.

Se é verdade que a formação profissional tem como meta estrita incontornável a elevação das capacidades dos formandos, não é menos certo que pode oferecer outras mais valias. Se for de elevada qualidade e se for posteriormente associada a condições satisfatórias de trabalho pode concorrer, em larga medida, para o prestígio social do «lavrador» e para a dignificação do «trabalho na vinha». Pode o Douro desenvolver-se sem um combate sem tréguas à visão negativa que a vitivinicultura goza entre muitos jovens?

5. O AR DO ROSTO E AS FACES DO DOURO

Cada espaço, cada terra, tem um ar, um rosto próprio. Sabemo-lo cada vez que entramos num meio desconhecido. A atmosfera do lugar chega-nos pelos sentidos e pela intuição face às pessoas, às coisas e aos símbolos. Ela é feita das atitudes de acolhimento e trato das gentes, dos lugares, da espessura e da frescura do ar, dos cheiros, dos sons do silêncio e do ruído, das imagens onde os olhos param ou se desviam. Assim sendo, eis o rol final de perguntas:

Que ar, que atmosfera denota o Douro? Fora da efervescência das vindimas, é a atmosfera própria duma região vitícola? Para além das paisagens construídas por gerações, que outros pergaminhos pode mostrar a região?

Um magnífico museu da Região, do vinho e da vinha, integrando, por exemplo, uma rede de núcleos museológicos localizados nas várias sub-regiões?

Um valioso centro de documentação sobre a-primeira-região-demarcada-do-mundo, atraindo estudiosos de todo o globo?

Um curso sobre a região e os seus vinhos, que tem lugar todos os verões, que tem renome internacional e cuja procura está sujeita a lista de espera?

Uma famosa feira anual dos vinhos durienses mais um reputado festival cultural?

Inesquecíveis roteiros turísticos em que se combina o transporte de barco e de caminho de ferro em via reduzida?

Uma rede de vilas e aldeias sob recuperação, isto por via de projectos plenos de urbanismo cuidado?

O Douro não é só o Douro vinhateiro. Se o desenvolvimento é querido, então as acções respectivas também não deverão ser reduzidas ao Douro da vinha e do vinho. O Douro não é nem deverá ser uma sub-região fechada nos seus limites pequeninos. O Douro está indissociavelmente amarrado à urbe Porto-Gaia e por esta porta está ligado ao mundo todo, mas ainda está por fazer a sua geminação com o Alto Trás-os-Montes. Ambas as sub-regiões acharão nisso vantagens mútuas. Num quadro amplo, perguntemos então:

Em que medida o nível de desenvolvimento socio-económico do Douro reflecte a riqueza localmente produzida?

Os recursos (públicos e privados) canalizados para a região correspondem à sua importância socio-económica, ou prossegue-se uma política de extracção de riqueza sem cuidar da sua redistribuição a nível regional e local?

O Douro total surge como uma região próspera ou, pelo contrário, uma região onde a riqueza e a pobreza coexistem próxima e alheadamente?

Que faces possui o Douro? São todas elas dignas, alimentadoras de orgulho próprio legítimo? Ou há faces que deveriam ser motivo de preocupação e acção séria por parte dos poderes (do poder local ao central) pois não podem ser senão fonte de embaraço e vergonha para todos nós?

Terá sido a consciência do ar do rosto e dessas faces que levou Torga a afirmar «Douro, rio e região, é talvez a realidade mais séria de Portugal»?